

Língua nacional: identidades reivindicadas a partir de lugares institucionais

Beth Brait

Resumo

Em artigo anterior, intitulado *Em busca de uma identidade lingüística brasileira* (BRAIT, 2000), procurei traçar um percurso de pontos de vista, expressos da perspectiva teórica e literária, sobre uma possível e controvertida identidade lingüística brasileira. Neste trabalho, dando continuidade à mesma reflexão, surpreendo mais um importante momento em que, a propósito de uma nova edição da obra *O dialeto caipira – gramática – vocabulário* (1955), de Amadeu Amaral, a questão se coloca novamente e expõe suas contradições por meio das nervuras institucionais que incluem fontes teóricas, especialmente francesas, que autorizam, naquele momento, determinados conceitos de língua, linguagem, dialeto, e, ainda, trabalhos divulgados pela mídia por reconhecidos intelectuais voltados para as pesquisas antropológicas. Num longo prefácio de quarenta páginas, com características de alentado ensaio, mais de vinte são dedicadas a questões gerais, que funcionam não apenas como pano de fundo para a análise da obra, mas especialmente como posicionamento sobre as particularidades do Português do Brasil e a forma como vem sendo constituído no uso e nos estudos.

Palavras-chave: Identidade lingüística, língua nacional, dialeto caipira, Paulo Prado, Amadeu Amaral.

Hoje, quando especialistas de diferentes áreas do conhecimento, particularmente no que diz respeito às Ciências Humanas, falam em *identidade*, o termo é quase que invariavelmente utilizado no plural – *identidades* –, expondo, sob esta forma lingüística, ao menos dois aspectos essenciais à compreensão contemporânea da complexidade envolvida pelo conceito que, vindo do latim escolástico e significando “qualidade de idêntico, perfeitamente igual, semelhante, análogo”, expressa como singularidade sua condição viva e dinâmica de plural. Por um lado, a marca lingüística de número, longe de ser um mero detalhe, é um significante que circunscreve, e por isso ilumina, promove, faz ver, um sentido que expõe o jogo dialético ou, se quisermos permanecer na área dos estudos da linguagem, a dialogicidade, a heterogeneidade implicada nessa dimensão, ao mesmo tempo, particular, social, histórica, que envolve o ser humano e tudo que lhe diz respeito. Por outro lado, é essa mesma marca lingüística de plural oposta ao singular identidade que sinaliza uma perspectiva enunciativa, um ponto de vista discursivo, um lugar para a observação e estudo das identidades como sendo processos dinâmicos, construídos e constituídos coletivamente e, por esta razão, jamais abarcados por uma única face, por um único ângulo, por uma única forma de ver e dizer.

Considerada sob este prisma, isto é, o da identidade como sendo constitutivamente plural, constitutivamente dada na interface com a alteridade, a história da língua portuguesa, e especialmente a do português do Brasil, pode ser vista como uma arena de lutas na qual se digladiam, de diferentes maneiras, em diferentes espaços e tempos, fatores que, mesmo sendo constitutivos da unidade de uma língua, apontam para diferentes dimensões, para aspectos de natureza diversa, para elementos internos e/ou externos, mas sempre configuradores de um conjunto que se manifesta como luta de classes, como luta de pontos de vista, como luta entre normas e usos, como luta entre as concepções que regem os diversos e polêmicos entendimentos sobre língua e sobre linguagem.

Para discutir essa identidade plural da língua portuguesa, mais especificamente no que concerne a pontos de vista que garantiram um lugar institucional na história e na historicidade do português do Brasil, recorro a um prefácio de Paulo Duarte à obra *Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, que me parece exemplar para a concepção da história da língua como uma arena de incessantes lutas, bravamente travadas por legítimos opositores.

Em 1955, momento do aparecimento de uma nova edição da obra *Dialeto Caipira*, Paulo Duarte, escritor, jornalista, advogado e também amigo e contemporâneo do autor, escreve um alentado prefácio intitulado “Dialeto caipira e língua brasileira”, dando-nos uma excelente oportunidade para conhecer o tipo de reflexão bastante comum, ao menos até o início da segunda metade do século passado, referente à polêmica existente em torno da dualidade língua portuguesa/língua brasileira, e de como essa discussão vinha sendo travada, com maior ou menor paixão, com maior ou menor objetividade, por profissionais e amadores, desde o final do século XIX. Pretendo aqui, portanto, descrever os meandros desse prefácio, tomando-o como um importante mapeamento das posturas assumidas diante dos

conceitos de língua e de linguagem, advindas principalmente, mas não exclusivamente, de renomados estudiosos franceses e brasileiros que naquela época dominavam a cena teórica, e, também, do autor do prefácio que, a pretexto de comentar uma obra específica de Amadeu Amaral, manifesta, de maneira bastante apaixonada, embora competente, sua visão da língua portuguesa e de suas características brasileiras.

Em primeiro lugar, considero necessário situar Amadeu Amaral e Paulo Duarte na cena cultural, política e acadêmica da primeira metade do século XX e, conseqüentemente, num momento específico da historiografia da língua portuguesa, a fim de que se possa ter uma idéia precisa das esferas em que circulavam esses autores, suas idéias, quem eram os interlocutores aí envolvidos e de que natureza eram os diálogos polêmicos travados em torno do conceito de língua, de dialeto, de linguagem, e, mais precisamente, da avaliação que se fazia do português do Brasil em confronto com o português de Portugal. Assim sendo, a rápida biografia que vou traçar aqui não funciona como simples pano de fundo, mas interfere diretamente na possível compreensão das formas de produção, circulação e recepção da história e da historiografia da língua portuguesa no Brasil, no momento escolhido.

Amadeu Amaral, cujo nome completo é Amadeu Ataliba Arruda Leite Penteado, e que também assinou textos com os pseudônimos Antônio Branco, Arnaldo Perestelo, Bento de Moraes, Carlos Pinto, Felício Trancoso, Maneco, Max Til, Y e Yorick, nasceu numa fazenda entre Monte-Mor e Capivari, Estado de São Paulo, em 1875 e morreu em 1929. Aos 11 anos, depois do curso primário, veio para São Paulo, não fez o curso secundário e acabou tornando-se um autodidata. Começou sua carreira de jornalista no *Correio Paulistano*, trabalhou no jornal *O Estado de S. Paulo*, no *Diário da Noite*, no jornal carioca *Gazeta de Notícias*, além de ser um dos fundadores da *Revista do Brasil*, cuja direção assumiu em 1921, a convite de Monteiro Lobato. Ocupou vários cargos públicos, tanto no Rio quanto em São Paulo, incluindo o de diretor do Ginásio Moura Santos. Ocupante da cadeira número 15 da Academia Brasileira de Letras e também membro da Academia Paulista de Letras, foi poeta e ficcionista, tendo publicado várias obras, e, no diz respeito ao que nos interessa diretamente aqui, dedicou-se ao estudo da língua portuguesa, tendo publicado em 1920 a obra *Dialeto Caipira*, cuja primeira versão parcial apareceu na *Revista do Brasil* (1916, p. 22-23, 119-130) e *Tradições Populares*, texto de 1948, cujo prefácio também é de Paulo Duarte, e que, embora não seja um estudo de língua, aparece na fortuna crítica do autor, assinalada como sendo do mesmo campo de interesses.

Paulo Duarte, cujo nome completo é Paulo Duarte Alfeu Junqueira Monteiro, que assinava também com os pseudônimos Alfeu Caniço, Caniço Filho, Gabica Diniz e Tietê Borba, nasceu em São Paulo, capital, em 1899, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi um dos fundadores do Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, tendo indicado Mário de Andrade para Diretor. Foi deputado estadual de 1934 a 1937, momento da dissolução da Assembléia pelo Estado Novo, autor dos projetos de restauração e publicação dos documentos históricos de São Paulo, que se encontravam no Arquivo do Estado, e da criação do Conselho

Bibliotecário e do Instituto de Cultura do Estado de São Paulo, entre vários outros. Foi expulso do Brasil duas vezes: a primeira em 1932, por ter participado da Revolução Paulista, e a segunda em 1937, depois do golpe de Estado. Durante seu primeiro exílio, esteve na França, tendo sido Secretário Geral do Institut Français des Hautes Études Brésiliennes, de Paris, e assistente de Paul Rivet, diretor do Musée de l'Homme. Na segunda ausência, lecionou no New School of Social Research, de Nova Iorque. De volta ao Brasil, depois de ausência de nove anos, fundou o Instituto de Etnologia e Pré-história, absorvido pela Universidade de São Paulo, tornou-se diretor desse instituto, foi professor de Pré-história, nessa Universidade e em 1969 foi aposentado pelo regime militar e proibido de lecionar em qualquer outro lugar. Ao longo de sua carreira, foi diretor e redator chefe dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Diário Nacional*, diretor da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, da *Anhembi* e presidente da Sociedade Paulista de Escritores. Publicou várias obras, dentre elas estudos, versos, memórias e uma a respeito de língua: *Língua Brasileira*, publicada em Lisboa em 1944.

Tudo isso para que possamos perceber, de início, que os dois autores tinham uma circulação cultural, jornalística e acadêmica, no caso do Paulo Duarte, bastante significativa, transitando, dirigindo e até criando importantes revistas culturais, caso da *Revista do Brasil*, da revista *Anhembi* e da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, o que significa uma atuação expressiva junto a usuários da língua em diferentes círculos e, também, uma reflexão ativa sobre a língua e sobre a cultura, incluindo esferas de produção e circulação diferenciadas, de prestígio social e político ou não, como o caso do chamado dialeto caipira.

No prefácio ao *Dialeto Caipira*, é curioso observar que, das quase quarenta páginas, a maior parte é reservada à apresentação e discussão das formas como a questão da existência de uma língua brasileira, tomada sob o signo da negação ou sob o signo da afirmação, alimenta o que o autor do prefácio vai denominar "discussões e polêmicas amargas, xingos de todo gênero, temperados sempre de um nacionalismo estreito", prova da "nossa quase inexistente cultura intelectual básica". Partindo do pressuposto de que a questão é de natureza sociológica, não devendo, portanto, ser reduzida a "fontes de puerilidades azedas", propõe que o debate seja feito pelas vias do trabalho tranqüilo e sério, a "um canto de laboratório de lingüística, à vista de velhos documentos e de material obtido através da observação direta, submetidos a uma análise perscrutadora". O que está propondo, no início, é um método mais objetivo e menos apaixonado de se chegar a uma conclusão a respeito das formas de construção de uma identidade do português do Brasil sem negar os laços intrínsecos com o português de Portugal.

Nesse sentido, vai delinear um panorama das posturas existentes, iniciando pela polêmica distinção língua/dialeto, naturalmente motivado pela própria obra que gera o prefácio e por um dos argumentos-chave que naquele momento perpassava toda a discussão concernente à existência ou não de uma língua brasileira. O primeiro aspecto detectado é o de que as concepções se dividiam a partir da idéia de que a verdadeira distinção entre língua e dialeto se achava menos num fato lingüístico e mais num fato político,

na medida em que, segundo os adeptos dessa perspectiva, "o dialeto se torna língua quando o território em que é falado ou o povo que o fala se torna soberano e, vice-versa, a língua se torna dialeto quando acontece o contrário". Esse argumento ele rebate com veemência, considerando-o uma bobagem, um tremendo engano, denunciando a confusão em torno de "termo lingüístico" e "expressão política" como sendo a provocadora das desavenças, de prevenções internas e também contra Portugal, e, curiosamente, creditando às ditaduras, a que houve no Brasil e a que estava havendo em Portugal, a verdadeira razão dessa separação.

É importante observar aqui que as referências às duas ditaduras, a do Estado Novo e a Portuguesa dos anos 50 do século passado, ou seja, a inserção explícita de um argumento ideológico, posicionam o prefaciador não a partir do laboratório de lingüística em meio a documentos antigos e observação direta de falas, como ele mesmo havia sugerido, mas num espaço político, posterior à obra de Amadeu Amaral (morto no final da década de 20), o que, por outro lado, é extremamente significativo para a compreensão da natureza das lutas que afloram a propósito das questões lingüísticas.

A associação fato lingüístico / fato político vai aparecer por meio da exemplificação da interferência dele, Paulo Duarte, na questão língua / dialeto, via reforma ortográfica dos anos 40. Retomando o episódio em que criticou o acordo ortográfico, tributando-o a "cérebros totalitários", razão pela qual sua obra *Língua brasileira* (1944) foi proibida em Portugal e teve de ser distribuída clandestinamente, insiste, em outro trecho do prefácio, afirmando que

A conservação da unidade da língua por convênios ou decretos é um absurdo igual ao de querer admitir o português do Brasil como um idioma independente do de Portugal. Nem mesmo a desordem ortográfica justifica essa bobagem que só poderia medrar no bestunto de duas ditaduras armadas de grosseiro nacionalismo (p.18).

Ainda que a questão ortográfica não seja central no texto, ela aparece como um exemplo do que o autor considera uma política lingüística equivocada. Para não ficar num nível impressionista, ele toma como fonte teórica abalizadora de sua postura o lingüista e gramático francês Joseph Vendryès (1875-1960), evocado a partir da obra *Le langage*, de 1939. Com apoio nesse autor, afirma que com o convênio de 1945 uniformizou-se uma ortografia entre dois países onde a pronúncia difere muito, demonstrando, por meio de exemplos, as incoerências, incluindo aí a abundância de diacríticos e concluindo:

Como porém há o nacional do Norte, do Centro e do Sul com pronúncias diferentes e ainda o nacional de Portugal, cuja prosódia também difere muito de qualquer das existentes no Brasil, temos que a única ortografia do convênio formado por decreto, organizada sem nenhum critério, pois nem se intitula ortografia fonética mas ortografia simplificada (muito mais complicada que quaisquer outras), não serve, na realidade, nem a Portugal, nem ao norte, nem ao centro, nem ao sul do Brasil (p.19).

As observações sobre a legislação ortográfica interessam na medida em que, vista como uma questão de política lingüística, insere-se no que o autor denomina "sistema de policiamento da língua, elemento necessário a preservá-la de moléstias próprias, da decadência e até da morte" (p.19). Essa afirmação não apenas revela o que ele está concebendo como política lingüística, ou seja, a não separação entre o fato lingüístico, o fato político, mas também, a necessidade do reconhecimento de uma dimensão sociológica constitutiva da discussão a respeito da existência ou não de um português do Brasil. Nesse momento, embora não seja a única vez ao longo do texto, ele evoca a autoridade de um outro francês estudioso da língua, no caso, Albert Dauzat (1877-1955) lingüista e escritor francês, citado a partir das obras *La philosophie du langage* e *La géographie linguistique*, ambas da década de 40, afirmando com ele ser a língua

suscetível de aperfeiçoar-se, afinar-se, no decurso de sua história, ou, ao contrário, deteriorar-se: nesse caso, pode, mais ou menos, conforme as condições em que se encontre, reparar seus acidentes, corrigir os seus defeitos. Esses acidentes originam-se muitas vezes pelo esquecimento ou desprezo que gramáticos rabugentos têm, freqüentemente, pelo lado social da língua, a parte mais importante do problema. (p.13)

Antes de passarmos a outros argumentos do autor para pontuar lingüisticamente as semelhanças e diferenças existentes entre o Português do Brasil e o de Portugal, bem como situar as polêmicas equivocadas ou não a respeito desse assunto, é necessário assinalar o perfil bibliográfico, as sustentações teóricas a que vai recorrer para autorizar, por assim dizer, suas concepções de língua e linguagem e sua intervenção, já que não se trata de um gramático ou de um lingüista, nessa questão. Do conjunto dos autores citados, é possível perceber a dominância, naquele momento, de determinadas tendências dos estudos da linguagem situadas nas décadas de 30 e 40 do século XX, com poucas exceções anteriores e posteriores. De linha francesa, estão citados os estudos de Darmesteter, com a obra *La vies des mots étudiés dans leurs significations*, de 1899; Dauzat, A., com as duas obras já citadas; Georges Galiche e seu *Essays de grammaire psychologique*, de 1947; L'Homburguer, com obra *Les langues négro-africaines*, de 1941; J. Vendryes, de *Le langage* (1939). Dos americanos, Franz Boas *Race, Language and Culture*, 1940; entre os alemães o germanista Grimm. Dos brasileiros e portugueses: Florestan Fernandes "A contribuição folclorística de Amadeu Amaral", e "Amadeu Amaral e o desenvolvimento do folclore no Brasil", artigos de 1948; Magalhães Gandavo e Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil*, 1587; M. Rodrigues Lapa, *A política do Idioma e as Universidades*, de 1933; Gladstone Chaves de Melo, *A Língua no Brasil*, de 1946; Otoniel de Campos Mota, Antenor Nascentes, João Ribeiro, Cassiano Ricardo; Braz Ribeiro da Costa (1853); Said Ali (1950); Edgard Sanches, *Língua Brasileira*, 1940; Leite de Vasconcelos na edição francesa de *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, de 1901 e, ainda, Alarico Silveira, A. de Taunay, *Filologia e Crítica*; Laudelino Freire (*A Defesa da Língua Nacional*, 1920 e *Galicismos*, 1921).

Considerando o convênio ortográfico e a polêmica por ele gerada uma das conseqüências menos corrosivas no conjunto das questões sobre o português do Brasil e suas diferenças e semelhanças em relação ao português de Portugal, o autor diagnostica o que denomina "falta de cultura intelectual", tanto no Brasil quanto em Portugal, como um ponto chave do problema. Tratando de salvar as exceções, de ambos os lados, declara haver em Portugal, no campo filosófico e lingüístico, uma superioridade em relação ao Brasil, na medida em que lá existiam uns poucos, mas verdadeiros lingüistas, foneticistas, filólogos, pesquisadores com sólida orientação científica. É neste ponto que ele evoca a criação da Universidade de São Paulo (1934), quando o governo paulista recorreu a Portugal para conseguir um professor que assumisse a cátedra de Filologia Portuguesa, no caso Rebelo Gonçalves. Reclamando da inexistência de professores para ocupar a mesma cadeira em ginásios e liceus, afirma que a prolongada ditadura portuguesa estava diminuindo a superioridade em relação ao Brasil, fato exemplificado com uma revista de cultura portuguesa, publicada naquele momento e denominada *Ocidente*, "de gosto ditatorial", que apresentava as mesmas posições subjetivas a respeito de gramática e ortografia. Observe-se que, também aqui, ele não deixa de lado uma ostensiva posição política, dimensão que será mantida ao longo das considerações a respeito da "falada língua brasileira" que, segundo ele, aparece como o produto mais evidente da precariedade aquém e além mar.

Para situar devidamente a questão da "falada língua brasileira", começa afirmando que, do lado português, evidencia-se um "complexo de inferioridade de antiga metrópole que perdeu a colônia, mas continua olhá-la por de cima", o que gera a afirmação categórica de que não existe e nunca existirá uma língua brasileira. Do lado brasileiro, por sua vez, verifica-se uma espécie de "complexo de inferioridade de colono forro que sente necessidade de viver gritando que é emancipado e não dá mais satisfações a ninguém", de forma a jurar que ela [a língua brasileira] existe, sem nenhuma relação com a língua falada em Portugal. Aponta, em seguida, para as exceções, de ambas as partes, a essa postura, mencionando, primeiramente, o filólogo Rodrigues Lapa e mais especificamente o trecho extraído do texto *A política do idioma e as Universidades*, publicado em Lisboa em 1933, momento em que o autor já alertava para a complexidade do problema:

o caso não é tão fácil como a muita gente se afigura: o português do Brasil é já hoje uma coisa diferente do português de Portugal; nem podia deixar de ser; daqui a cem anos essas diferenças serão muito mais acusadas; e daqui a quinhentos é quase seguro que não nos entenderemos uns aos outros. Há pois, em rigor, cientificamente, já impossibilidade de apertar as duas línguas no mesmo colete (p.8).

Dentre as qualidades de Rodrigues Lapa, Paulo Duarte não deixa de destacar o fato de ele ter sido expulso da Faculdade de Letras de Lisboa, pela ditadura.

Pelo lado brasileiro, vai salvaguardar as posições de Amadeu Amaral (cujas obras que estão em discussão são *Dialeto Caipira*, que teve os primeiros

fragmentos publicados na *Revista do Brasil* em 1916 e a 1ª edição 1920, e *Tradições populares*, de 1948) e João Ribeiro (*A língua nacional*, de 1933), considerados por ele os mais argutos e serenos intelectuais do período pré-universitário, ou seja, anterior à criação da Universidade de São Paulo.

No que diz respeito a Amadeu Amaral, afirma que, "apesar de suas pesquisas, apesar do *Dialeto Caipira*", jamais proclamou a existência de uma língua brasileira, embora admitindo-a num futuro indeterminado, assim como alertava para o desaparecimento do dialeto caipira. As explicações de Amadeu Amaral para as duas previsões coincidem, segundo o autor do prefácio, com as do lingüista Vendryes. Às razões apresentadas para um futuro desaparecimento do dialeto caipira, Paulo Duarte acrescenta as influências de imigrantes de diferentes origens, a expansão da instrução pública, e especialmente, o que hoje discutimos como o papel da mídia, exemplificando com a nefasta influência do rádio que, não previsto pelo autor do *Dialeto Caipira*, seria o motivo de interferências na língua, nas cantigas e modas caipiras que, segundo ele, "se abastardaram", perderam o ingênuo sabor.

João Ribeiro, para ele, chega à mesma conclusão de Amadeu Amaral, de uma forma mais científica e menos patriótica, na medida em que considerava: "a nossa língua é portuguesa, mas esquecida e adaptada ao novo e longínquo ambiente a que veio respeirar" (p. 9). Entretanto, lançando mão de um outro estudioso da língua, Edgar Sanches, autor de uma obra intitulada *Língua Brasileira*, publicada em 1940, Paulo Duarte destaca a explicação de João Ribeiro de que a dialeção do português do Brasil resultará de diversos fatores, dentre os quais a vida nova dos europeus na colônia, o clima, a presença de três raças, o índio, o português e o africano, a cooperação dos ciganos e dos espanhóis, as criações do mestiço (...) novas indústrias e a imigração européia.

Neste ponto, situa-se um dos momentos fortes da reflexão estabelecida no prefácio. O autor, mesmo tendo destacado as qualidades de João Ribeiro e considerando que quase tudo que esse autor disse é rigorosamente aceitável, vai assinalar alguns aspectos fundamentais para o que hoje se leva em consideração na formação do português do Brasil. Em primeiro lugar, considera cientificamente errado o conceito vago de três raças, levando em conta que "são numerosas as raças abrangidas por qualquer dos três fatores étnicos de nossa formação: várias raças de índios no nosso selvagem, várias raças de negros nos escravos do Brasil e mistura de várias raças no patrimônio antropológico do português". Observa, ainda, que a única tese que João Ribeiro defendeu, agora para livrá-lo de alguns maus leitores, foi a de que "Falar diferentemente não é falar errado" e que jamais o autor de *A língua nacional* defendeu a existência de uma língua brasileira independente da de Portugal.

Na seqüência, como conclusão do que acaba de demonstrar com a referência a estudiosos sérios da língua, volta à idéia de que "quando há de fato observação científica e objetividade, sem o que não pode haver observação científica, os verdadeiros estudiosos de Portugal e do Brasil se encontram sem insultos e sem patriotadas [...]" (p.10). Assim, apresenta um outro tipo de estudo que é naquele momento utilizado como forte argumento para a defesa

de uma língua brasileira autônoma, que são os brasileirismos. Citando Alarico Silveira, Taunay, Mário Bouchardet, Cassiano Ricardo e Edgard Sanches, reconhece as informações sobre o número expressivos desse tipo de vocabulário e a presença de alguns em dicionários portugueses (5a ed. do Cândido de Figueiredo, publicada sob a direção de Jorge Daupiás), mas considera os estudos a esse respeito pouco científicos, além do que, de seu ponto de vista, os fatos de linguagem (observe-se a propriedade da expressão), pouco dependem das palavras. Para justificar esta afirmativa, evoca os estudos de Georges Galichet (1904), lingüista e gramático francês, autor, que, na obra *Essais de Grammaire Psychologique*, de 1947, afirma serem os fatos lingüísticos essencialmente psicológicos.

Embora essa postura psicologista diante dos fatos de linguagem possa parecer contraditória em relação à postura sociológica explicitada no início, e talvez por isso mesmo, ela vai merecer uma nota do autor que, pergunta, mas não se dispõe a responder, se o contato da língua portuguesa "cultura" com as línguas africanas e indígenas do Brasil, "primitivas", teria imposto à primeira, ao lado dos enxertos léxicos e transformações sintáticas, modificações psicológicas também? Para nós, que encaramos o prefácio como fragmento de posturas diante do conceito de língua, com conseqüências para a percepção da identidade e a história do português do Brasil, mais importante que a pergunta e uma possível resposta, é o ponto de vista não discutido no prefácio, mas bastante significativo, isto é, aquele que opõe uma língua portuguesa, considerada "cultura", às línguas africanas e indígenas, consideradas como "primitivas". Nesse sentido, por mais que o autor declare sua perspectiva científica, ele de fato se expressa de um lugar social, institucional, muito marcado.

Em seguida, ele vai discutir alguns aspectos das modificações sintáticas que separam o português do Brasil do português de Portugal, recuperando uma idéia de Amadeu Amaral que, já em 1920, quando da publicação do *Dialeto*, afirmava ser o fenômeno complexo, havendo tentativas de enumeração, mas sem possibilidade de sistematização, o que impedia, naquele momento, a busca de linhas gerais de evolução. Paulo Duarte acrescenta que nos 35 anos que distanciam essas duas edições do *Dialeto Caipira*, a situação continuava a mesma. Para revestir ainda mais a questão de cientificidade, vai buscar em Darmesteter e sua obra *Le vie des mots étudiés dans leurs significations*, de 1899, a classificação das línguas em três séries de fatos, isto é, os fatos léxicos, as formas gramaticais e os fatos sintáticos, para provar que apesar dos brasileirismos, e de algumas variações sintáticas, a língua continua a ser a portuguesa, recuperando as seguintes palavras de Darmesteter: "É que as palavras se emprestam, se esquecem, se perdem, se renovam, mas a forma da declinação e da conjugação, pela qual faz a língua passar esse material móvel e instável, permanece sempre semelhante a si mesma" (p. 12).

O próximo passo de Paulo Duarte é apresentar sua visão a respeito dos fatores que operam a transformação mais ou menos rápida da língua portuguesa falada no Brasil e que, conseqüentemente, podem ser considerados como responsáveis pela formação do português do Brasil:

a situação geográfica, o contato com o índio e com o negro africano, num meio em condições favoráveis ao intercâmbio de valores sociais; as invasões holandesas, francesas e até inglesas; um pouco de colonização espanhola, a imigração dos povos mais diferentes, falando os mais diferentes idiomas, das mais diferentes famílias; o progresso moderno, a industrialização, as intercomunicações rápidas pelo avião e pelo rádio, o cinema falado, condições climatológicas, sociais e até biológicas e, por fim, a criação de uma literatura inteiramente sua (p.12).

Ao mesmo tempo assinala, como prova dessas mudanças, o que denomina nacionalismo dos portugueses cultos e sua conseqüente repulsa aos fenômenos lingüísticos brasileiros. Recorda que no século XVIII, mais precisamente em 1727, houve a proibição do uso da língua geral no Brasil, justificada pela adulteração rápida que vinha causando ao idioma português, embora essa língua tivesse sido até o final do século XVII praticamente a única falada em São Paulo.

Para reafirmar que apesar das rugas e reações bilaterais o delineamento de uma língua brasileira é inegável, evoca as condições de vida no Brasil que motivaram a criação de expressões e termos novos, bem como de alterações gramaticais, provenientes de corrupções ortográficas, fonéticas, morfológicas semânticas ou de gênero do falar indígena e africano, da gíria popular, das necessidades regionais ou ainda formada mediante o processo de derivação vernácula ou híbrida. A respeito deste último aspecto, recorda, a título de autoridade, Laudelino Freire, provavelmente em uma das obras da década de 20, *A defesa da língua nacional*, e *Galicismos*, já que ele não as cita. A essa enumeração um tanto caótica, na medida em que junta fatores de diferentes natureza, o autor acrescenta o argumento de que essas modificações começaram muito cedo, de sorte que uma série de vocábulos não têm mais significação em Portugal e lembra, por outro lado, o caso dos arcaísmos, do vocabulário genuinamente português quinhentista que se arcaizou em Portugal e continua a viver no Brasil.

Sem dar exemplos, passa a discutir o que entende por quebra da unidade de uma língua, associada à quebra da unidade social de um grupo, evocando o testemunho científico de Webster, Dauzat, Eduardo Carlos Pereira e Leite de Vasconcelos. A Eduardo Carlos Pereira, atribui a afirmação de que é do gênio da língua diversificar-se constantemente, e ao filólogo português Leite de Vasconcelos as reflexões feitas nas obras *Dialeto brasileiro*, de 1883, e *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, de 1901, a respeito de aspectos do português falado no Brasil que fogem do sentido dialetal, reconhecendo, também, a existência de subdialetos no interior do Brasil. Portanto, é a concepção de dialeto que está sendo retomada, evocando as seguintes palavras do mesmo Leite de Vasconcelos: "A língua do Brasil é o português que, transportado para um meio diferente do da sua origem, passou aí por muitas modificações". Essas palavras, segundo o autor, estariam de acordo com o sentido que lhe dá Rafael Bluteau, provavelmente referindo ao *Vocabulário Portuguez e Latino* (Colégio das Artes, Companhia de Jesus, Lisboa, 1712), primeiro dicionário da língua portuguesa.

Retomando as reflexões sobre o papel das várias línguas que colaboraram para a evolução do português do Brasil, começa com o Tupi e com a discussão concernente à ausência dos fonemas /f/, /l/ e /r/, citada por Gandavo e Gabriel Soares, aspecto que é retomado por vários autores, incluindo o poeta Cassiano Ricardo, cujo texto "A Academia e a língua brasileira" Paulo Duarte utiliza como fonte para suas afirmações. Embora a fonte seja resenhada de maneira confusa, ela é utilizada para apontar modificações morfológicas profundas causadas no português e que ele considera positivas. Além do tupi, faz referência aos diversos idiomas africanos, que chegaram ao Brasil ao longo de três séculos e cujas contribuições para o português estão mencionadas a partir de Gonçalves Viana, caso do "alongamento das vogais pretônicas que transmitem à fala um traço de preguiça e lentidão, em contraste com a pronúncia portuguesa (...)" (14-15). Segundo Paulo Duarte, o preconceito de raça e de cor, que sempre existiu, incluindo o período colonial, entendia o negro e o índio como seres inferiores. Não havendo, entretanto, a aversão sexual, o preconceito não ocasionou segregação e não impediu a interpenetração étnica e, necessariamente, o "cruzamento da língua". É curioso aqui também observar que a seqüência selecionada de Gonçalves Viana para exemplificar a influência do negro, embora técnica, alude à preguiça e a lentidão, traços que são mais do sujeito falante da língua que da língua propriamente dita. Aqui também uma posição não explicitada do autor das palavras, e do próprio Paulo Duarte que as selecionou, trai uma postura lingüística que hoje se denominaria politicamente incorreta ou, mais precisamente, preconceituosa.

Dentre as outras línguas que causaram o distanciamento entre o português falado no Brasil o português de Portugal estão o francês, o italiano, o alemão, etc. O castelhano, por exemplo, interfere no português, segundo Paulo Duarte, a partir de 1580, quando Portugal passa ao domínio espanhol, e se reflete na língua falada no Brasil, como já havia observado Varnhagen, quando da presença espanhola em São Vicente. Essa interferência, de acordo com Paulo Duarte, motivou os portugueses intolerantes a mencionarem os "castelhanismos".

Não satisfeito, além de enumerar outros fatores, caso do livro e da influência cultural francesa; dos temperos fortes da natureza diferente; do progresso; do contato mais estreito com os Estados Unidos, emite um comentário solto, mas bastante importante para nossa percepção de como a mudança da língua está sendo verdadeiramente considerada, que é o seguinte: "a nossa proverbial macaqueação...". Como conseqüência específica, refere-se à formação de várias gírias, que ele considera a "linguagem popular no seu cunho mais expressivo, linguagem nova na sua fase mais rudimentar" (p.16), ao calão, e conclui que, mesmo sendo passageiros, a cada refluxo fica sempre alguma coisa nova.

Adepto do método comparativo, que não explica mas faz referência, e que podemos deduzir pelo leque dos autores aludidos, Paulo Duarte assume a língua nova modificada e sua conseqüente literatura, citando Gonçalves Dias, José de Alencar, Machado, Rui, Euclides da Cunha, Mário de Andrade, Antônio de Alcântara Machado, Monteiro Lobato, Valdomiro da Silveira e

lembrando que alguns deles são incompreensíveis em Portugal. Além do *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, publicado por Braz da Costa Rubim, em 1853, faz referência à verificação concreta e registrada do distanciamento entre o português do Brasil e o de Portugal: cita versos e quadrinhas que estando corretos em Portugal, aparecem no Brasil como sendo de pé quebrado, assim como a prosódia que, exageros à parte, torna o português de Portugal mais difícil para um brasileiro do que a fala espanhola; ou, ainda, a necessidade das companhias cinematográficas americanas, por volta de 1940, colocarem locutores portugueses nas películas que fossem exibidas em Portugal, e brasileiros nas que fossem exibidas no Brasil.

Como se toda essa amostragem não fosse suficiente para convencer a todos, nomeia novamente seus interlocutores mais renitentes, caracterizando-os como "filólogos amadores, sentimentais e patrióticos", enfileirados tanto do lado dos que não admitem essa língua nova e suas relações com o português de Portugal, como é o caso de Francisco de Campos, quanto os que se entrincheiram sob a égide da vassalagem subserviente, caso de Afrânio Peixoto.

Para fechar essa espécie de introdução à obra visada pelo prefácio, Paulo Duarte posiciona-se mais uma vez em relação à unidade de uma língua e, para isso, apóia-se em Dauzat e Darmesteter. Mesmo assumindo as mudanças, como foi possível observar até aqui, sinaliza o que considera desleixo em relação à língua, e que pode ser verificado em jornais brasileiros e portugueses, e na desorganização do ensino secundário e superior que permite "até a existência de cientistas, professores, estudantes, jornalistas, poetas e escritores que não sabem utilizar-se do seu mais importante instrumento profissional ou de expressão, que é a língua". E, segundo ele, é daí "que surgem os mais numerosos e apaixonados prosélitos da chamada língua brasileira".

É no mínimo curioso, para quem citou lingüistas, antropólogos, filólogos, afirmar que "a língua é do povo, este é quem manda nela, mas é preciso que não lhe falte de todo a capacidade necessária". Para explicar este seu ponto de vista, apresenta a seguinte classificação de povo e a relação com a língua:

Um *povo primitivo* é plenamente capaz de conservar sua língua; da mesma forma um *povo civilizado*, mas um *povo primário*, que perdeu os freios sociais, as restrições das quais nunca se arreda um povo primitivo e, pela ignorância ou decadência, não adquiriu ou perdeu também a noção ou respeito a determinadas normas impostas ao civilizado, este despersonalizou-se ao ponto de, em vez de desenvolver ou aperfeiçoar ou fazer evoluir a própria língua, só poder adoecê-la, deteriorá-la. Não são poucos os exemplos de sociedades decadentes que perderam o próprio idioma (p. 20)

A seqüência desse argumento é a idéia de que a língua literária seria a única capaz de exercer a influência benéfica à salvação de uma língua. Para a língua portuguesa falada no Brasil, entretanto, essa não é a solução, uma vez que, em suas palavras, "a nossa língua literária prima também pelo desmazelo. Aos poucos nos vai restando apenas um vocabulário, este mesmo

invadido de barbarismos (...). Trata, para colocar um ponto nessa "introdução" de, mais uma vez, explicitar contra quem está esbravejando, ou seja, contra os que promovem a debilidade da língua, e de outro, contra

os que se julgam donos da língua e, espumando, arrancam os cabelos a qualquer necessário neologismo exótico, ou correm atrás da gente rogando pragas, açoitando negrinhas e espionando se o pronome não saiu deslocado ou se a preposição se mantém no recato de uma regência quinhentista" (p. 21).

Depois dessa longa introdução, começam os comentários específicos a respeito da obra *Dialeto Caipira*, do autor e da importância dessa nova edição, dentro do panorama que ele acaba de traçar. Nessa perspectiva, destaca o papel inovador de Amadeu Amaral ao revestir de um certo método as pesquisas em torno do falar caipira, praticamente sem fontes de referência; a relação desse estudo com os estudos folclóricos; o material deixado pelo autor e que poderia constituir uma segunda edição melhorada, mas que não se realizou; os comentários de especialistas como Sílvio de Almeida, Antenor Nascentes, Otoniel Mota e outros, ou mesmo a comparação com estudos que trataram de maneira profissional alguns fatos lingüísticos presentes na obra, sendo alguns deles recuperados por meio do próprio *Dialeto Caipira* e outros evocados para contrapor ou confirmar afirmações sobre fatos lingüísticos; e até mesmo, além do destaque para os aspectos inovadores do ponto de vista científico em relação à língua e ao falar caipira apresentados no trabalho de Amadeu Amaral, aqueles que considera falhos, por falta de informação ou observação incompleta.

Para a finalidade deste trabalho, que na verdade nada tem a ver com o *Dialeto caipira* como estudo, o prefácio da edição de 1955, especialmente sua longa introdução, parece exemplar no sentido de permitir que se observe algumas das formas pelas quais as identidades da língua portuguesa, ou algumas das inúmeras faces desse complexo chamado língua portuguesa, revelam-se a partir das vozes que a enunciam em diferentes momentos e de diferentes lugares. Nesse sentido, se com Amadeu Amaral bem ou mal a questão da língua portuguesa falada no Brasil se enuncia por meio de um estudo pioneiro de um certo falar paulista, com o prefácio é possível constatar as lutas travadas em torno do conceito de língua, linguagem, dialeto e, as posturas por vezes contraditórias que afloram mesmos nas enunciações que se pretendem fundamentadas cientificamente. Essas lutas expõem de forma às vezes mais explicitada, às vezes menos, a maneira como um intelectual paulista atuante, sem ser gramático ou lingüista, mas ligado a veículos de cultura, à Universidade de São Paulo e a outras instituições de prestígio, faz circular, a propósito da edição de uma obra, os estudos sobre língua e linguagem correntes naquele momento, tanto os brasileiros quanto os vindos de fora, com forte influência francesa, e que deixam ver, não apenas um cenário teórico específico, mas um conjunto de lutas travadas no universo cultural brasileiro.

Assim, a história e a historiografia da língua portuguesa falada no Brasil passa, necessariamente, pelas lutas que caracterizam a história do país, como não poderia deixar de ser, incluindo não apenas as relações

mantidas com Portugal e com o forte imaginário desenvolvido entre colonizador e colonizados, mas, dentre outras, as que estão expostas nesse prefácio, empreendidas pela formação de uma intelectualidade brasileira e no caso paulista que, procurando tratar cientificamente os fenômenos lingüísticos, expõe o lugar de onde essa postura está sendo enunciada e uma identidade lingüística daí visualizada

Abstract

In a previous article entitled Em busca de uma identidade lingüística brasileira (Barros, 2000 p. 157, 158), I tried to draw a line-of-thought by connecting some points of view from a literary and theoretical perspective about a possible and controversial identity of the Brazilian Language. In this essay, continuing the same reflection, I have observed another important moment in which, due to the new edition of the O dialeto caipira - gramática- vocabulário (1955) , Amadeu Amaral , this question is brought back and these contradictions are exposed through the institutional nervures, including theoretical sources, specially French ones, which allowed, at that moment, some concepts of language and dialects, additionally to the papers published in the media by renowned intellectuals dealing with anthropological researches.

In a lengthy, paper-like preface of forty pages, more than twenty pages are dedicated to general questions not only working as a background for the analysis of the book, but mainly as a positioning on particularities found in Brazilian Portuguese and on how they have been formed either in actual use or in academic studies.

Keywords : Linguistic identity, national language, country dialect, Paulo Prado, Amadeu Amaral.

Referências

AMARAL, Amadeu. Dialeto caipira. São Paulo: Anhembi, 1955.

_____. O dialeto caipira. *Revista do Brasil*, Local, ano 1, v. 3, set.-dez. 1916. p. 22-33, 119-130.

_____. *O elogio da mediocridade*. São Paulo: Nova Era, 1924.

- _____. *Tradições populares*. Local: Editora, [19—].
- BOAS, Franz. *Race, language and culture*. New York: MacMilan, 1940.
- DARMESTETER, A. *La vies des mots étudiés dans leurs significations*. Paris: Libr. Ch. Delagrave, 1899.
- BRAIT, B. Em busca de uma identidade lingüística brasileira. In: BARROS, D. L. P. (Org.). *Os discursos do descobrimento*. São Paulo: Edusp: FAPESP, 2000. p. 157-168.
- DAUZAT, A. *La philosophie du langage*. Paris: Flammarion: [19—].
- _____. *La géographie linguistique*. Paris: Flammarion, 1943.
- DUARTE, Paulo. *Língua brasileira*. Lisboa: [s.n.], 1944.
- DUARTE, Paulo. Dialeto caipira e língua brasileira. In: AMARAL, Amadeu. *Dialeto caipira*. São Paulo: Anhembi, 1955. p. 7-40. Prefácio.
- FERNANDES, Florestan. Amadeu Amaral e o desenvolvimento do folclore no Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. , 8 jan. 1949.
- _____. A contribuição folclorística de Amadeu Amaral. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. , 12 dez. 1948.
- GALICHE, Georges. *Essays de grammaire psychologique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1947.
- HOMBURGER, Louis. *Les langues négro-africaines*. Paris: Payot, 1941.
- LAPA, M. Rodrigues. *A política do idioma e as Universidades*. Lisboa: Seara Nova, 1933.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua no Brasil*. Rio: Agir, 1946.
- MELO, Luís Correia de. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviço de Comemorações Culturais, 1954.
- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: LTC-Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- MOTA, O. Título. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. , 14 jun. 1921.
- NASCENTES, Antenor. Título. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. , 12 mar. 1921.
- RIBEIRO, João. *A língua nacional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1933.
- RICARDO, Cassiano. A Academia e a língua brasileira. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, v. 61, p. 367, [19—].
- SAID, Ali. *Dificuldades da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1950.
- SANCHES, Edgard. *Língua brasileira*. São Paulo: Ed. Nacional, 1940.
- VASCONCELOS, J. Leite de. *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Paris: Aillaud, 1901.
- VENDRYES, J. *Le langage*. Paris: Albin Michel, 1939.